

# **Lixeiras, Lixões e Aterros: Dinâmicas de uma etnografia de documentos sobre o aterro sanitário da cidade de Manaus.<sup>1</sup>**

Israel Pinheiro Matos – PPGAS/UFAM<sup>2</sup>

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino – PPGAS/UFAM

**Resumo:** O aterro sanitário da cidade de Manaus, localizado no quilômetro 19 da estrada AM-010, foi construído em 1986, após a “CPI do Lixo” realizada durante a gestão do prefeito Amazonino Mendes (1983-1986), sofrendo diversas reformas ao longo dos 38 anos de funcionamento. O presente trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas discursivas e práticas sociais no desenvolvimento do aterro sanitário da cidade de Manaus ao longo dos últimos 40 anos, por meio de reportagens, documentos e entrevistas que construíram sentidos sobre o lixo na cidade. Lidar com o lixo e com resíduos sólidos é uma das principais preocupações políticas das cidades pós-industriais (Colombjin & Rial, 2016). Dessa forma, é fundamental compreender como as articulações e argumentos em um regime histórico particular produzem sentidos e permeiam o imaginário e a memória de uma cidade como Manaus. Buscamos, neste trabalho, aprofundar o debate de uma etnografia dos documentos (Ferreira & Lowenkron, 2014; Vianna, 2020), considerando que reportagens, arquivos e entrevistas publicizadas contêm a possibilidade de interpretação e compreensão de práticas sociais que delimitam e configuram o espaço urbano, a mobilidade e os limites possíveis dentro de uma cidade. Para tanto, usamos como fio condutor documentos públicos do acervo digital e da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, entre os anos de 1980 a 2014. Também foram utilizados vídeos e reportagens de jornais de 2014 a 2022 sobre o aterro sanitário.

**Palavras-chave:** Aterro Sanitário de Manaus, Etnografia do Lixo, Etnografias dos Documentos.

## **Introdução**

A preocupação com resíduos sólidos e com o seu descarte emerge em um momento em que a cidade de Manaus está passando por intensas modificações e ampliando aquilo que é compreendido como sua malha urbana. Conforme forças entre Estado e capital ampliam processos de gerência de população na zona metropolitana de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> Bolsista PDPG – Pós-Doutorado Estratégico - CAPES/PPGAS UFAM - 88887.910285/2023-00

Manaus, é importante ressaltar que, em meio à intensificação das forças de produção e reprodução capitalistas industriais, o fortalecimento de políticas e discursos de caráter neoliberal – e ultraliberal em alguns casos – motiva as esferas de poder e lucro a se preocuparem com a gestão dos resíduos sólidos de uma cidade de mais de 2 milhões de habitantes. Essas forças, que em um primeiro momento parecem ser abstratamente macrossociais, acabam sendo tensionadas em espaços de fluxo microssociais, em um processo contínuo e ininterrupto de subjetivação e controle social, de onde emerge, em dimensões macrossociais e microssociais, uma questão: o que fazer com o lixo?

Essa questão só toma forma e sentido na medida em que uma vontade de saber (Foucault, 2008) lança seu olhar ou sua elucidação sobre esse objeto e na medida em que políticas ambientais são acionadas dentro de dispositivos de Estado, mercado, educação e cultura acerca dos resíduos produzidos nessa sociedade industrial. Esse questionamento inicial, o que fazer com o lixo, traz consigo também um corpo histórico e social de uma sociedade contemporânea que constrói e construiu um sentido sobre o lixo. Mas, além disso, uma técnica de gestão de resíduos teve que ser incorporada nos processos disciplinares de convivência de pessoa para pessoa.

Para tanto, um discurso sobre essa técnica precisa ser construído, da mesma forma que ele é materializado em normas técnicas, documentos, formulários, cartilhas, planos pedagógicos, procedimentos de ajuste, laudos antropológicos, laudos de impacto social, ou seja, um calhamaço de artefatos burocráticos de dentro e de fora do Estado. É justamente nessa materialidade documental que buscamos etnografar os arquivos de jornais que se encontram no acervo digital e na hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, buscando, dessa forma, compreender que discursos atravessam a construção do Aterro Sanitário da Cidade de Manaus, procurando entender os sentidos construídos sobre a questão do “lixo” na cidade de Manaus.

Nesse sentido, compreendemos esses materiais como artefatos antropológicos (Riles, 2006; Ferreira & Lowenkron, 2020) que expressam uma materialidade discursiva que nos indica como as técnicas de gestão de resíduos sólidos no Brasil se modificaram ao longo de 40 anos. Para tanto, buscamos especificar o trabalho a partir do aterro sanitário da cidade de Manaus, onde essas transformações se expressaram por meio de políticas e narrativas construídas no Jornal do Comércio, entre os anos de 1986 e 2008. Em seguida, para dar continuidade à compreensão dessas transformações, buscamos

entrevistas em telejornais. Assim, atravessamos a construção do aterro, suas fases ao longo dos anos 90 e seu lento processo de desativação que, até o presente momento, em 2024, não se deu por completo.

Pretendemos não apenas olhar para os documentos, mas através deles (Ferreira & Lowenkron, 2020), para compreender os significados, os efeitos e o ambiente no qual determinados discursos sobre os resíduos atravessavam a cidade de Manaus, ao mesmo tempo que sustentam a atual política de aterros na cidade. A diferença deste trabalho é que não usaremos os documentos “oficiais”, como no caso do trabalho de Viana (2014) e de Lowenkron (2013) na análise de formulários ou inquéritos. Optamos pelo material produzido por jornais, compreendendo que compõe parte de um discurso que circula naquilo que poderia ser entendido como uma esfera pública local na cidade de Manaus.

Ao olhar através desse material, buscamos situar a etnografia como um percurso dos enunciados que emergem no discurso com o passar dos anos e daqueles que “desaparecem” ou ficam no subterrâneo. Para isso, buscamos dividir em três dimensões temporais que nos ajudam a entender: a primeira, onde “o problema dos lixões” é ponto fundamental de uma sociedade em transformação, onde a gestão requer um processo de autossubordinação da população e do poder público sobre como lidar com o lixo na cidade de Manaus; em um segundo momento, a “emergência ecológica”, onde firma-se o aterro como tecnologia social de redução de riscos ecológicos e ambientais na cidade de Manaus; e finalmente, o momento “De volta ao lixão?”, onde a narrativa nos encaminha para a desativação do aterro a partir de uma preocupação socioambiental e de gestão de recursos financeiros públicos sobre empresas concessionárias da coleta de lixo.

### **O problema dos lixões e os catadores (1980-1989)**

Os anos 80 na cidade de Manaus são marcados pela consolidação da Zona Franca a partir do complexo industrial que redesenha a paisagem urbana da cidade (Oliveira, 2003; Silva, 2004; Barata, 2010; Barbosa, 2017 ). Os vários ciclos econômicos e a intensificação da exploração de mão de obra na cidade trazem consigo diversas transformações e formas de ocupação urbana. Entretanto, há um diferencial no processo de intensificação da cidade de Manaus nesse período, incentivado pela política da ditadura militar para a região amazônica – “integrar para não entregar”. A Zona Franca de Manaus foi instituída por decreto em 1967, respondendo a essa política de ocupação do Estado

para a região, partindo principalmente da falácia que desenhava a Amazônia como um "vazio demográfico". Com uma propaganda intensificada pelo discurso desenvolvimentista de modelo de capitalismo tardio, a região amazônica tornou-se o foco de diversas estratégias de ocupação, em particular Manaus que, nos anos 80, se tornou o lócus de uma cidade que centralizava metade da população do estado, modelo que se perpetua até os dias de hoje.

Manaus, do final dos anos 70 e início dos anos 80, é uma cidade em constante processo de urbanização, com novos bairros surgindo e um contingente populacional que demanda dos aparelhos do estado novas formas e estratégias de monitoramento, controle e gestão. O ambiente político local ensaiava os primeiros passos rumo à construção de espaços democráticos, com diversos grupos sociais se organizando no período, se fortalecendo continuamente, criando tensão entre forças democráticas de um lado e a manutenção do estado de exceção militar. Na metade dos anos 80, todavia, já temos os primeiros prefeitos eleitos por voto direto.

Esse preâmbulo é importante para compreender o discurso sobre o "lixo" nesse período histórico, atravessado por dois enunciados importantes: de um lado, o enunciado de uma "crise sanitária" perpétua e, do outro, o enunciado sobre o "progresso ambiental". Para tanto, apresentaremos o contexto de dois lixões que figuravam nas notícias sobre resíduos sólidos nesse período: um localizado no bairro São José Operário e o outro, o Lixão Municipal, situado no km 10 da AM-010, estrada que liga Manaus ao município de Itacoatiara.

Há três notícias interessantes em 1986 que vale a pena destacar. A primeira se refere a uma piscina abandonada que, cheia de mosquitos, causou em algumas crianças doenças e feridas. Na mesma página, uma segunda notícia segue uma lógica que começa narrando uma entrevista com um médico que alerta que o acúmulo de lixo poderá transformar a cidade em um foco para o *Aedes aegypti*. Em seguida, temos uma notícia sobre a implementação de visitas domiciliares para informar sobre novos locais de coleta.

É justamente nesse período que temos dois acontecimentos importantes. De um lado, o resultado da CPI do Lixo, de 1985-1986, que responsabiliza o prefeito Amazonino Mendes pelas condições do "Lixão" Municipal localizado na Zona Norte de Manaus, existente desde 1960. Da mesma forma, há a desativação de lixões particulares por zonas da cidade. É importante ressaltar que havia a impressão de que existiam diversos lixões e

que as coletas eram feitas de maneira particular até aquele período. Somente nos anos 80 passou a haver uma coleta única, com uma empresa pública se responsabilizando pela coleta geral. Embora a responsabilidade já estivesse na gestão pública, a constituição de uma empresa para cuidar disso indicou uma nova forma de gerir os resíduos sólidos na cidade de Manaus.

O secretário de Serviços Públicos, anunciou, para os próximos 90 dias, a desativação do “lixão”, no km 10, como ponto de partida de um processo que deve durar seis meses, durante os quais a destinação do lixo passará a ser centralizada nos terrenos em declive que o órgão dispuser para implementação de aterros sanitários [...] A determinação de desativar o “lixão”, anunciou Antunes, obedeceu dois aspectos: a segurança do espaço aéreo do aeroporto, ameaçado pelos bandos de urubus que sobrevoavam a área do depósito, e a infiltração de líquido poluído no lençol freático da cidade, comprometendo a abertura de poços na redondeza (JORNAL DO COMERCIO, 08/05/1986).

O lixão, que foi desativado em 1986, possuía um conjunto de dinâmicas internas que expressavam as contradições da sociedade manauara. Diversas famílias de catadores atuavam no lixão e viviam dentro do depósito de lixo. Essas famílias realizavam um processo rudimentar de coleta e reaproveitamento de equipamentos e objetos descartados, gerando um circuito que, embora ainda não fosse uma reciclagem formal, constituía uma economia circular local de restauração e/ou revenda de produtos descartados.

Figura 1 - Fotografia do Lixão em 1986



Fonte: Jornal do Comercio, 1986

Na fotografia intitulada “Mulheres, crianças, urubus e ratos todos em busca da sobrevivência”, temos um recorte das condições do lixão municipal em 1986, com máquinas empurrando os lixos enquanto pessoas buscavam resíduos. A narrativa de desumanização dessas pessoas está presente em diversas notícias. Apesar disso, não havia uma preocupação, naquele momento, com a circulação de pessoas ao longo do lixão. Em 20 de maio, no mesmo mês da foto mencionada, uma empresa interessada na coleta de lixo começou a aparecer, sendo a mesma que já tinha um contrato emergencial com a prefeitura para a coleta do lixo. Em 19 de outubro, uma reportagem abordou outro lixão da cidade, localizado no bairro São José Operário, na Zona Leste de Manaus. A reportagem também relatou a presença de crianças e adultos, urubus e cachorros. Essa correlação era recorrente nas reportagens. Diferente da primeira, o discurso da reportagem encaminhou para uma disputa entre humanos e animais por comida. As palavras miséria, desumanização e risco eram enunciados recorrentes. Inclusive, uma criança foi entrevistada, contando que pela manhã catava comida e latinhas no lixão, ou qualquer material que pudesse ser vendido. Apesar de afirmar que frequentava a escola, a criança também confirmou que já havia faltado vários dias:

Nei Oliveira Mendonça, pelo menos, 3 anos, ele acompanha a mãe Ivanete Oliveira aos locais de lixo, na lixeira do São José, desde quando começou, há dois anos. Ele passa o dia inteiro catando latas, papelão e restos de alimentos. Quando nossa reportagem indagou a Nei se gostava de estar naquele local, esperávamos que ele respondesse “não”. Mas, isso não aconteceu. Respondeu: “Gosto porque minha mãe ganha dinheiro”. Para responder, ele não pensou na higiene e na saúde, mas no que consegue adquirir para se “alimentar” com os restos do Distrito (Jornal do Comércio, 19/10/1986).

A principal mobilizadora no discurso dos catadores no local foi a questão do desemprego. Muitas famílias relataram que a dificuldade de encontrar trabalho formal e até mesmo informal os colocou nessas condições. Nota-se que essa narrativa estava localizada na metade dos anos 80, em uma cidade que, por um lado, possuía um crescimento populacional que gerava, na mesma medida, um acúmulo de riqueza para determinadas classes sociais e um fomento de obras públicas de expansão da malha urbana na cidade. Ainda assim, o quadro apresentado nos lixões revelava o aprofundamento da desigualdade social e um processo duro de estigmatização dos trabalhadores que atuavam como catadores.

Um saco de 12 kg, dependendo do que estiver contendo, pode custar 90,00 cruzados. Com paciência, depois de uma semana, pode-se juntar um de alumínio ou cobre no peso de 30kg e faturar 600,00 cruzados; contudo os produtos de mais fácil comercialização são garrafas, latas, sacos plásticos

e papelão. “É duro viver aqui né? Mas é daqui que eu vivo” – não antes de pedir licença para banhar as mãos e o rosto, com colônia de “leite de rosas” – a lixeira Hilda Quirino, 52 anos e 10 anos de profissão. “É dessa imundice que a gente ganha o pão nosso de cada mês” brincou Hilda Quirino (Jornal do Comércio, 10/12/1986).

O lixão localizado no bairro São José enfrentou intensas críticas por parte dos moradores do entorno que realizaram um protesto em julho de 1987. Apesar da promessa de fechamento, isso não se cumpriu e o lixão foi transformado em um aterro sanitário. Uma característica desse lixão era que a maior parte dos resíduos destinados a ele vinha das empresas do Distrito Industrial. Dessa forma, embora o espaço tivesse uma gerência pública, era um local de despejo para empresas e grandes montadoras da época, tornando-o ainda mais perigoso para moradores e catadores que ficavam expostos aos mais diversos tipos de resíduos. Por outro lado, para alguns catadores e catadoras, o lixão era um local importante para conseguir material passível de ser revendido, principalmente metais como alumínio, cobre e garrafas de vidro.

Não havia, nesse momento, uma preocupação ambiental como mobilizadora desse discurso. A reciclagem não era um ponto central; boa parte das reivindicações dos catadores girava em torno da permissão para trabalhar e revender materiais, isto é, uma narrativa em torno da economia particular de cada trabalhador. Nesse sentido, três forças eram acionadas: de um lado, um discurso público de uma sociedade civil – principalmente moradores do entorno – que reivindicavam tanto o fim do lixão quanto a expulsão dos catadores da região, vistos como população subalterna e desprovida de direitos. Do outro lado, um discurso público burocrático-formal, com órgãos como secretarias sendo acionadas para atuar na gestão do lixo no local, aliados à iniciativa privada, o que manteve o lixão funcionando por alguns anos. Por fim, um discurso de "sobrevivência" incorporado pelos catadores, que se reconheciam na condição imposta a eles naquele momento, mas buscavam meios de trabalhar e manter suas vidas em um cenário de desemprego e crise econômica. Esses discursos se realizavam em práticas, como a hostilização de moradores e agentes públicos contra os catadores.

Essa culpabilização ou responsabilização da população pelos resíduos produzidos passou a compor parte do discurso e das técnicas públicas de gestão de resíduos, principalmente através das mídias. O "apelo" para que a população não sujasse ou poluísse foi recorrente nos debates sobre meio ambiente, especialmente no início dos anos 90. O Lixão do São José foi desativado em 1988, juntamente com o Lixão Municipal, apesar de o descarte de resíduos do distrito industrial ter perdurado por alguns anos ainda.

Figura 2 - Homem carregando um saco



Fonte: Jornal do Comércio, 1988.

Os catadores que viviam no Lixão Municipal foram alocados como os primeiros trabalhadores garis do município no momento da inauguração do Aterro Municipal no Km 19 da AM010, local destinado para o descarte de todos os resíduos sólidos da cidade de Manaus. No entanto, tanto o encerramento das atividades do Lixão municipal quanto a inauguração do Aterro demoraram pelo menos duas gestões diferentes, entre 1986 e 1994.

Há um destaque curioso no processo de desativação do Lixão para a construção do Aterro Sanitário, que é como o poder público lidou com os animais que viviam no entorno, especialmente os ratos. O secretário de serviços públicos, Ary Antunes, deu a seguinte entrevista em julho de 1986:

[„] já realizou estudo técnico para examinar as formas de desativação sem trazer consequências nocivas à população. Dentro de seis meses, disse o secretário, os animais que habitam aquele local se autodestruirão, quando o rato macho se tornará homossexual e a rata, canibal, destruirá seus próprios filhotes (Jornal do Comércio, 06/07/1986).

O processo é descrito pelo secretário como uma "técnica moderna" para lidar com os ratos, onde a retirada gradual dos resíduos os levaria a se atacarem, devido ao confinamento por cercas que seriam construídas. O uso dos termos "homossexual" e "canibal" nesse contexto técnico de extermínio de pragas é notável, revelando uma intersecção com dispositivos de sexualidade que visam excluir e tornar abjeta a



homossexualidade. Um vereador também se refere aos catadores do Lixão Municipal como "lixo humano" durante a CPI do Lixo em 1986.

As múltiplas falas sobre o problema do lixo nesse período revelam um mecanismo de transformação e adaptação, onde a tecnologia do aterro sanitário era vista como a "melhor" técnica para lidar com resíduos sólidos em larga escala. Esse processo envolvia a construção de camadas, compactação e separação entre resíduos e solo para evitar contaminação.

A noção de modernização é fundamental para mitigar o risco ou crise sanitária em prol de um progresso social mobilizador, à medida que as questões ambientais gradualmente ganham espaço nessas disputas de discursos. A eficácia urbanística se combina com uma crescente consciência ambiental sobre a questão do lixo na cidade de Manaus.

O prefeito Arthur Virgílio, eleito em 1989, afirmou: "Manaus é uma cidade estragada onde o lixo é visível, e o trabalho vai exigir muita dedicação de todos nós" (Jornal do Comércio, 13/01/1989). A reportagem complementa com a fala do novo secretário de serviços públicos, responsabilizando as gestões anteriores pelo lixo espalhado pela cidade e ameaçando a empresa Marquise pela situação precária da coleta, destacando o Aterro Sanitário como a principal iniciativa para reduzir os resíduos nas ruas da cidade.

### **A emergência ambiental (1990-2000)**

No início dos anos 90, já havia na esfera pública local um debate sobre a questão ambiental, impulsionado principalmente por movimentos sociais ambientalistas locais e internacionais, que consideravam a Amazônia um *locus* de atuação crucial para o ecossistema global. O discurso veiculado começou a se modificar e preocupações que antes se concentravam apenas em questões de ordenamento urbano, saúde pública e cidadania passaram a ser orientadas por uma preocupação ambiental subjacente.

Assim, os resíduos sólidos começaram, aos poucos, a ser abordados por temas como economia sustentável, impacto ambiental, energia limpa, reciclagem e vida útil de produtos descartáveis. Esses temas compuseram um novo paradigma na gestão de resíduos e sustentaram práticas emergentes, embora perpetuassem um conjunto familiar

de técnicas, como a hegemonia do aterro sanitário como base da organização da sociedade brasileira.

Apesar de o debate sobre recicláveis estar ganhando espaço público, a maior parte da educação ambiental sugerida na primeira metade dos anos 90 ainda não havia sido popularizada ou incorporada nas instituições educacionais locais. Muitas mudanças ocorreram, especialmente com o processo de redemocratização das instituições, após um longo período de exceção que foi a ditadura militar.

É nesse ambiente político e social que Eduardo Braga, secretário de obras, denunciou um "crime ambiental" cometido pela gestão anterior, acusando o aterro sanitário de não estar cumprindo sua função, tornando-se apenas uma grande lixeira:

Essa é lixeira que o ex-prefeito anunciava aos quatro cantos da cidade como melhor lixeira do País. O que se vê aqui é um crime cometido pela irresponsabilidade de quem somente fazia obras através da mídia". [...] Eduardo Braga explicou que o processo de aterro sanitário, ao contrário que apregoava a administração passada, na forma de decomposição aeróbica (decomposição com oxigênio à céu aberto), "O correto seria decomposição anaeróbica (sem oxigênio), com a colocação de uma *camada* de barro sobre a camada de lixo, evitando assim o mal cheiro e acúmulo de urubus na área (Jornal do Comércio, 01/03/1993).

A partir desse momento, na gestão de Amazonino Mendes (1993-1994) e, posteriormente, na gestão de Eduardo Braga (1995-1996), iniciou-se a construção de um Aterro Sanitário com tecnologia avançada, utilizando reatores físicos, químicos e biológicos. A promessa era que essa nova tecnologia permitisse o reciclo do chorume, impedindo a contaminação do lençol freático da bacia do Tarumã. Durante os anos de funcionamento entre 1986 e 1993, o principal igarapé afetado foi o Igarapé da Ponte da Bolívia, um balneário popular localizado na Zona Norte de Manaus.

O Aterro foi sendo modernizado ao longo dessas gestões, com a implementação de reatores para aproveitar o gás residual do tratamento do chorume como fonte de energia para o próprio aterro. Esse processo utilizou uma técnica chamada biorremediação, permitindo ainda o aproveitamento dos resíduos para a produção de adubo. Essa iniciativa foi aproveitada durante a gestão de Alfredo Nascimento (1997-2001), que criou um centro de mudas a partir do adubo gerado pelo processo, além de estabelecer a produção de remédios para casas de saúde populares em colaboração com a Universidade Federal do Amazonas.

A noção de um ciclo reciclável e de uma economia sustentável também afetou os catadores. A situação desses trabalhadores dentro do Aterro sanitário passou por diversas reviravoltas, especialmente nesse "novo Aterro", com relatos de intervenção policial e desapropriação de catadores que viviam no local e no entorno. A gestão de Alfredo Nascimento ficou marcada por uma política de inserção e pela criação de uma rede de economia sustentável para os catadores:

A fiscalização para evitar a presença de catadores de lixo no aterro sanitário [...] cerca de cem famílias que sobreviviam de restos de lixo foram retiradas do local pela prefeitura mês passado. Para garantir meios de sobrevivência a elas, o prefeito Alfredo Nascimento doou casas, deu empregos no Departamento Municipal de Limpeza Pública e matriculou crianças em escolas da rede municipal. “Com a ajuda do governador Amazonino Mendes, eu estou oferecendo condições dignas de sobrevivência a essas famílias que viviam em condições sub-humanas...” (02/07/1997)

Aos poucos, os catadores de lixo foram desaparecendo dos noticiários. Uma rede de economia sustentável começou a surgir, composta por organizações não governamentais que serviam como pontos de coleta de materiais recicláveis na cidade de Manaus. Além disso, associações de catadores e catadoras começaram a se organizar, assim como empresas especializadas em reciclagem, embora estas últimas não sejam o foco desta comunicação, que pretende explorar essas dimensões em um trabalho posterior.

O Aterro cumpriu sua função social ao longo da década de 90, à medida que a emergência do cuidado ambiental se tornava uma pauta política na esfera pública. A política neoliberal de privatizações impulsionou uma grande mudança na gestão; embora a parceria entre setor privado e público estivesse presente na gestão de resíduos desde o final dos anos 80, a partir dos anos 2000, uma concessionária passou a ser responsável pela administração e gerência do aterro, momento em que a cobrança por tonelada processada começou a ser feita à prefeitura.

Na gestão do aterro, a Enterpa Engenharia foi a principal empresa atuante ao longo de 20 anos, de 1985 a 2005, apesar de Marquise Ambiental e Tumpex serem as empresas coletoras. A Marquise Ambiental assumiu a gestão de 2005 a 2011, seguida pela Tumpex de 2011 a 2017, e agora novamente a Marquise Ambiental é responsável pela criação de um novo aterro.

Destaco este período para ilustrar a rotatividade das mesmas empresas no setor de coleta, gerenciamento e gestão de resíduos em Manaus, o que impacta na estrutura e no discurso público sobre a eficácia do Aterro.

No final dos anos 90 e início dos anos 2000, houve uma renovada preocupação com o aterro, especialmente com o aumento dos resíduos processados, que passaram de 500 mil toneladas em 2005 para 2,8 milhões de toneladas em 2016, após 30 anos de funcionamento. A partir dos anos 2000, as empresas mencionadas acima começaram a assumir partes do processo de tratamento de resíduos que anteriormente eram realizadas pela Enterpa Engenharia:

O aterro funciona 24 horas por dia, de domingo a domingo. A capital é uma das únicas cidades do País, onde a coleta de resíduos sólidos é feita diariamente. O aterro é operado pelas empresas Tumpex, Marquise e CRA. As duas primeiras fazem a operação rotineira de tratamento de resíduos e a última realiza a capacitação e a queima do biogás resultante da decomposição desse resíduo sólido. A partir de 2006, quando foi assinando um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (Taca), toda obra de revitalização foi feita com aplicação de manta geotêxtil, construção de dreno vertical e horizontal para captação de chorume e queima de biogás, entre outros, e tudo é monitorado. O aterro é composto de várias células, tem conformação em forma de trapézio. Cada célula possui altura de 5,5 a 6 metros com angulação média de 45 °C. Os resíduos chegam, passam pela balança e são encaminhados para frente operacional. Eles são descarregados no talude e tratores fazem o trabalho de compactação e conformação. A cobertura diária dos resíduos é feita com camada de terra e/ou resíduos mecanizados (construção civil, mutirões e podas) (A crítica, 04/06/2016).

Ao longo do tempo, esse modelo tem precarizado o Aterro Sanitário de Manaus, criando uma urgência constante e um processo contínuo de emergência ambiental. Isso se reflete tanto nas notícias que envolvem falas de políticos locais preocupados com resíduos sólidos, política de descarte de lixo químico e radioativo proveniente das montadoras de televisões de plasma e das empresas do distrito industrial. Na primeira década dos anos 2000, a maior preocupação passou a ser a capacidade do aterro e a necessidade de construir um novo aterro sanitário.

### **De volta ao “lixão”? (2005-2024)**

A Lei 12.305 de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos é também o que normatiza essa relação de contratação de empresas concessionárias de serviços e prestadoras de serviços públicos. Nessa lei, também um conjunto técnico de cuidados e promoção de educação ambiental e segurança ambiental é definido. Em uma

entrevista sobre as condições do Aterro Sanitário na cidade de Manaus, após um relatório revelando condições insalubres de tratamento, um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado – TCE afirmou:

Aterros sanitários, em todos os municípios do estado do Amazonas e em todos os municípios do estado brasileiro, mas infelizmente no Brasil as coisas nem sempre acontecem como nós gostaríamos, nem sempre acontece como aquilo que está previsto na legislação, e eu quero crer que num breve espaço de tempo, com ajuda do Tribunal de Contas, no sentido da sua orientação, porque não fazemos só sua cobrança do ponto de vista do cumprimento da legalidade, nós ajudamos na governança. Nós damos indicações, nós damos informações, nós damos orientações, através de vários mecanismos que nós temos hoje no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Júlio Pinheiro, conselheiro do TCE, 14/08/2019).

Essa fala do conselheiro reflete um relatório construído em 2011 pelo Tribunal de Contas do Estado, que apontou diversas falhas e recomendou uma nova licitação para a empresa prestadora de serviços. O relatório identificou a contaminação dos igarapés Matrinxã, Acará e Aracu, todos conectados à Bacia do Tarumã, representando um risco de contaminação que perduraria por mais de 20 anos (AMAZONAS, 2011).

Além de constatar valas abertas para a compactação de resíduos, mas sem a separação e o tratamento adequados dos mesmos, na reportagem de 14 de outubro de 2019, vemos caminhões despejando diretamente os resíduos sólidos no solo e não em um espaço separado, oito anos após o relatório:

Figura 3 - Recorte de Reportagem - Caminhão despejando lixo no solo



Fonte: Band Manaus, 2019.

Figura 4 - Recorte de Reportagem - Panorâmica do Lixão



Fonte: Band Manaus, 2019.

Essa situação tendeu a se agravar em 2022, após uma vistoria do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, que resultou na indicação de fechamento do aterro em 2023, o qual já foi prorrogado a pedido do atual prefeito, David Almeida, para o final de 2024. Essas indicações mobilizaram diversos atores sociais, incluindo políticos do executivo e movimentos sociais ambientais, para a definição de um novo aterro. Em 2009, um relatório de impacto ambiental foi realizado pela Marquise Ambiental e, com um licenciamento concedido pelo IPAAM, iniciou-se a construção de um novo aterro na BR-174. No entanto, essa construção foi suspensa, em sua fase final, pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE-AM, devido à identificação de nascentes de igarapés da bacia do Tarumã no local.

Atualmente, o aterro funciona em regime de lixão, semelhante aos anos 80, apenas acumulando camadas de resíduos sem tratamento adequado, o que representa um grande risco de contaminação aos lençóis freáticos da região. Entre valas e lagos de chorume, intensas movimentações da sociedade civil têm ocorrido contra a implementação de um novo aterro. Cabe destacar a situação de Iranduba, município vizinho à cidade de Manaus, onde vários protestos ocorreram contra a implementação de um Aterro Sanitário destinado a receber os resíduos de Manaus:

Não queremos e não aceitamos esse aterro sanitário privado que não sei de onde veio. Tanto lugar pra ir e querem se instalar em um local onde tem escola ao redor, pessoas morando? Que ódio é esse contra as pessoas de Iranduba? Não tem nenhuma autoridade, prefeito, governador, ninguém a nosso favor! Graças a Deus nós temos o povo que está nos ajudando, aderindo a essa causa, lutando, gastando sua gasolina, indo com criança para as manifestações”, afirma Andleane Fonseca Garcia, 36 (Sindicato de Jornalistas do Estado do Amazonas, 23 de janeiro de 2023)

Também houve protesto com a implementação do novo aterro na BR-174, pois o mesmo iria afetar entre outros igarapés, o Igarapé do Leão, levando moradores da região a realizar denúncia.

O agricultor Roberto Alfaia, 47, destacou que as consequências da construção do aterro sanitário na cabeceira do igarapé do Leão são visíveis. "A área onde o empreendimento está sendo feito foi toda desmatada. A água do igarapé era preta, agora está ficando barrenta. O pior é quando chove que não dá bem para tomar banho de tão feia que a água fica", disse (A crítica, 25/09/2016).

A organização da sociedade civil e a vigilância por órgãos diversos demonstram um momento totalmente diferente dos anos anteriores, de controle e de participação democrática ou, pelo menos, uma busca por uma participação democrática por parte das comunidades e grupos que virão a ser atingidos. É importante ressaltar que, em Iranduba, um ator importante foi a Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Iranduba, que liderou o movimento para discussão sobre a implementação do aterro.

Ao longo dessas décadas, diversas Associações de Catadores se formaram e têm tomado para si o protagonismo no debate ambiental sobre resíduos sólidos. Além disso, desenvolveram diversas atividades no campo da educação ambiental e social, com iniciativas formativas e técnicas relacionadas a recicláveis e tratamento de resíduos sólidos.

### **Considerações Finais**

A trajetória do Aterro Municipal da Manaus, cercado por seus atores, pelos enunciados, estratégias e tecnologias, nos ajuda a compreender como, ao longo dos últimos 40 anos, assumimos, enquanto sociedade, um modelo de gestão de resíduos sólidos. Isso também permitiu um processo de subjetivação que mobilizou práticas em um determinado momento que, em outros, foram abandonadas. Esse processo de subjetivação e incorporação de ideias sobre o meio ambiente, sobre os resíduos sólidos, catadores, políticos, instituições, fora forças sociais que se situaram ao redor de um discurso potente tinha como objetivo o lixo enquanto um problema urbano, o lixo enquanto um problema ambiental e o lixo enquanto um problema de gestão.

Essas três dimensões do discurso construído em torno de aterros e lixões, nos ajuda a compreender os sentidos que nossa sociedade atribui aos resíduos sólidos. Enquanto no início dos anos 80 o Lixão era o lócus do abjeto, dos objetos a pessoas, ao

longo dos anos 90 vai se tornando o espaço de possibilidades, como uma redução de impacto ao meio ambiente, mesmo com um aumento exponencial de produção de resíduos sólidos. As últimas duas décadas refletem a ascensão de um discurso neoliberal, ou uma governamentalidade neoliberal quase diatópica, em que as mesmas corporações cuidam da gestão dos resíduos. Em outra medida, temos uma sociedade em que a consciência ambiental se torna presente, principalmente quando a esfera pública discute as consequências das mudanças climáticas extremas.

O Aterro, enquanto um lócus, só faz sentido conforme os atores sociais que circulam em seu entorno físico e subjetivo o confrontam ou tendem a sua melhoria, isto é, quando as contradições desse modelo de gerenciamento de recursos são confrontadas ou aperfeiçoadas. Os protestos, tanto de moradores nos anos 80 reivindicando o fim do Lixão, quanto dos moradores do entorno nos anos 2000 nos apresentam panoramas diferentes a respeito do que se entende sobre o Aterro, sobre seus impactos, sobre suas consequências.

Esse enfrentamento entre sociedade civil, instituições públicas e corporações privadas é parte também desse dispositivo em disputa, sobre como o meio ambiente pode ser moeda ou direito a ser disputado. Assim, se por um lado bilhões são investidos nessa corporação para lidar com o lixo, da mesma forma há um fluxo de lutas de diversos campos que constrói um sentimento de enfrentamento à injustiça de um igarapé poluído, ao impacto ambiental na fauna e na flora que um aterro pode acarretar.

A trajetória também demonstra como determinados enunciados vão ganhando força ou se enfraquecendo ao longo do tempo, da economia sustentável ao crédito de carbono, do ciclo de reciclagem e compostagem à gestão de recursos geológicos e hídricos. Queremos finalizar mais com uma reflexão do que com uma conclusão, como seria melhor pensar “qual o preço que estamos pagando ou que direitos estamos perdendo?”

### **Referencial Bibliográfico**

BARATA, Leno José Souza. **“Cidade Flutuante”**: uma Manaus sobre as águas (1920-1967). Tese de Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.

COLOMBJIN, Freel e RIAL, Carmen. **Introdução: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais**. In: RIAL, Carmem (ORG). O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro, Associação



Brasileira de Antropologia – ABA, 2016.

FERREIRA, Letícia e LOWENKRON, Laura. **Etnografia dos documentos: pesquisa antropológica entre papéis, carimbos e burocracias**. E-Papers, Rio de Janeiro, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de Janeiro de 1979/24 de Janeiro de 1979**. In: FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes, 2008.

LOWENKRON, Laura e VIANNA, Adriana. **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidade e linguagens**. Cadernos Pagu (51), p.1-61, 2017.

MORBIDINI, Martina. “Catador cidadão: trabalho digno” – Estratégias de superação do estigma adotados pelos catadores de material reciclável em Belo Horizonte, Brasil. In: RIAL, Carmem (ORG). O pode do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia – ABA, 2016.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Editora Valer/EDUA – UFAM, 2003.

PASSOS LIMA, Maria Raquel. **O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2021

SILVA, Marilene Correa da. **O país do Amazonas**. Editora Valer/Estado do Amazonas. 2004.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino, BRITO, Rosaly de Seixas e CASTRO, Edna Ramos. **Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém**. In: Caderno Metropolitano. Vol 22, n.49, São Paulo, p.935-961, set/dez. 2020

VIANNA, Adriana. **Vida, Palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das**. Mana 26 (3): p.1-20, 2020.